



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639986 - DF (2021/0012334-7)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : JOAO BATISTA DOS SANTOS VELOSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO BATISTA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Agravado de Execução Penal n. 0742914-71.2020.8.07.0000).

O paciente cumpre pena no regime semiaberto, na Penitenciária do Distrito Federal II - PDF II em ala específica e separada daquela destinada aos presos em regime fechado por autorização excepcional do Juízo da Vara de Execução Penais do Distrito Federal.

Sustenta que a solução transitória se transformou em definitiva, uma vez que não foram construídos novos estabelecimentos para o cumprimento de pena no regime semiaberto e a atual situação viola o princípio constitucional da igualdade e da individualização da pena.

Requer, liminarmente, a transferência do paciente para estabelecimento adequado ao regime semiaberto e, na falta de vagas, a colocação em regime aberto. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

A decisão colegiada juntada aos autos (fls. 282/295) trata de matéria estranha à presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência